



Sistema garante origem sustentável de áreas que cultivam café, cacau e floresta plantada no ES

A tecnologia adotada utilizará sensoriamento remoto, com o apoio de imagens de satélite e drones, além de inteligência artificial, para mapear essas áreas com precisão. Esse processo será complementado por etapas de validação de dados diretamente nas propriedades.

A Secretaria de Agricultura do Espírito Santo será responsável pela implementação da plataforma Selo Verde-ES, que atestará a sustentabilidade das propriedades capixabas e sua conformidade com as rigorosas normas da União Europeia, que proíbe a importação de produtos oriundos de áreas desmatadas após 31 de dezembro de 2020.

No entanto, ontem (02), a União Europeia adiou em 12 meses a implementação da lei que restringe a importação de produtos provenientes de áreas desmatadas. A decisão, divulgada pela Comissão Europeia, ainda depende de aprovação pelo Parlamento Europeu. A medida foi motivada por solicitações dos principais stakeholders afetados, incluindo o setor agropecuário brasileiro. Com o adiamento, a nova previsão é que a lei entre em vigor em 30 de dezembro de 2025 para grandes empresas, e em 30 de junho de 2026 para micro e pequenas empresas.

A iniciativa será conduzida em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes) e o Centro de Inteligência Territorial da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Segundo o secretário de Agricultura do Espírito Santo, Enio Bergoli, o estado está dando um importante salto tecnológico na identificação de áreas de cultivo por meio de sistemas avançados de geolocalização.

“Para nos adequarmos às atuais exigências dos mercados consumidores, é necessário criar instrumentos que comprovem a origem sustentável dos produtos da agropecuária capixaba, estabelecendo processos de rastreabilidade em todas as cadeias produtivas”, ressalta Bergoli.

O projeto capixaba foi inspirado pela experiência de Minas Gerais, que já estava desenvolvendo sua própria versão do Selo Verde. O Espírito Santo foi convidado a participar das discussões do Programa AL INVEST Verde, uma iniciativa de cooperação entre a União Europeia e a América Latina, que visa apoiar uma transição ecológica sustentável. Como resultado, o governo capixaba firmou parcerias que garantem acesso às tecnologias de mapeamento e rastreabilidade.

O Projeto de Mapeamento das Áreas de Produção de Commodities Agrícolas e a implantação da Plataforma Selo Verde no Espírito Santo contará com um investimento de R\$ 2,79 milhões, sendo R\$ 298,4 mil provenientes da contrapartida da Secretaria de Agricultura (Seag). Esses recursos serão direcionados ao desenvolvimento da plataforma on-line Selo Verde-ES, ao mapeamento das áreas de café, cacau e silvicultura, além de estratégias para manter atualizados esses dados ao longo do tempo.

As informações/opiniões aqui escritas são de cunho pessoal e não necessariamente refletem os posicionamentos do Folha Vitória